

03	IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO
----	---

1	DESIGNAÇÃO Sabores de Trás-os-Montes, S.A.	2	N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF)								
		2	5	9	3	3	7	2	2	4	7

3	TIPO DE SUJEITO PASSIVO
---	-------------------------

Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	Não residente com estabelecimento estável	Não residente sem estabelecimento estável
1 <input checked="" type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>

3-A	QUALIFICAÇÃO COMO PEQUENA OU MÉDIA EMPRESA (PME)
-----	--

Se assinalou os campos 1 ou 3 do quadro 03 - 3, indique se se qualifica como PME nos termos previstos no anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro

3-B	ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO
-----	-------------------------------------

Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF

3-C	IMPUTAÇÃO DE RENDIMENTOS (Art.º 5.º, n.º 9)
-----	---

É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º? Sim ☒ 1 ☐

4	REGIMES DE TRIBUTAÇÃO DOS RENDIMENTOS
---	---------------------------------------

Geral 1 <input checked="" type="checkbox"/>	Isonção definitiva 3 <input type="checkbox"/>	Isonção temporária 4 <input type="checkbox"/>	Redução de taxa 5 <input type="checkbox"/>	Simplificado 6 <input type="checkbox"/>	Transparência fiscal 7 <input type="checkbox"/>	Artigo 36.º-A do EBF 12 <input type="checkbox"/>
Grupos de sociedades 8 <input type="checkbox"/>	NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4) 9 <input type="text"/>		Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril) Sim <input type="checkbox"/>		Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7? Sim <input type="checkbox"/>	

4-A TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA/CESSAÇÃO DA ATIVIDADE DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL/AFETAÇÃO DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)

Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino

1	<input type="text"/>	Países da UE/EEE	2	<input type="text"/>	Outros
---	----------------------	------------------	---	----------------------	--------

04	CARACTERÍSTICAS DA DECLARAÇÃO
----	-------------------------------

1	TIPO DE DECLARAÇÃO
---	--------------------

1	<input checked="" type="checkbox"/>	1.ª Declaração do período	2	<input type="checkbox"/>	Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2)	3	<input type="checkbox"/>	Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4)
4	<input type="checkbox"/>	Declaração de substituição (art.º 120.º, n.ºs 8 e 9)	5	<input type="checkbox"/>	Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal	6	<input type="checkbox"/>	Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)

				Ano		Mês		Dia
Data	2	0	1	8	1	2	3	1

2	DECLARAÇÕES ESPECIAIS
---	-----------------------

		Declaração com período especial de tributação						1	<input type="checkbox"/>	Anexo A (Derrama Municipal)
Declaração do grupo	Declaração do período de liquidação	Declaração do período de cessação			Antes da alteração	Após a alteração		2	<input type="checkbox"/>	Anexo B (antigo regime simplificado em vigor até 2017)
1	2	3			4	5		3	<input type="checkbox"/>	Anexo C (Regiões Autónomas)
								4	<input checked="" type="checkbox"/>	Anexo D (benefícios fiscais)
Data da cessação		Declaração do período do início de tributação			Data da transmissão/aquisição (entidades não residentes sem estabelecimento estável)			5	<input type="checkbox"/>	Anexo E (regime simplificado)
Ano Mês Dia					Ano Mês Dia			6	<input type="checkbox"/>	Anexo F (OIC)
6	<input type="text"/>	7	<input type="text"/>		8	<input type="text"/>	<input type="text"/>			

05	IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL E DO CONTABILISTA CERTIFICADO
----	--

NIF do representante legal 1 1 0 2 2 0 2 5 5 5

NIF do contabilista certificado 2 2 1 9 3 4 0 5 7 0

Data da receção 3 Ano Mês Dia

07	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL		
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	97. 292, 74
	Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciables/não amortizáveis (art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d))	702	0, 00
	Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	703	0, 00
	Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	0, 00
	Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	705	0, 00
	Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	0, 00
	Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	0, 00
	SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	97. 292, 74
A ACRESCER	Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	0, 00
	Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	0, 00
	Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	0, 00
	Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	782	0, 00
	Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	712	0, 00
	Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	0, 00
	Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	714	0, 00
	Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	715	1. 420, 00
	Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º 5)	717	0, 00
	Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	0, 00
	IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	724	0, 00
	Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	725	3. 943, 27
	Despesas não documentadas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. b)]	716	32, 50
	Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	731	0, 00
	Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	726	0, 00
	Despesas ilícitas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. d)]	783	750, 00
	Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]	728	540, 00
	Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente autorizado a suportar [art.º 23.º -A, n.º 1, al. f)]	727	0, 00
	Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. g)]	729	0, 00
	Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º -A, n.º 1, al. h)]	730	6, 04
	Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º -A, n.º 1, al. i)]	732	0, 00
	Encargos com combustíveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. j)]	733	0, 00
	Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. k)]	784	0, 00
	Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º -A, n.º 1, al. m)]	734	0, 00
	Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º -A, n.º 1, al. o)]	735	0, 00
	Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º -A, n.º 1, al. p)]	780	0, 00
	Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º -A, n.º 1, al. q)]	785	0, 00
	Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º -A, n.º 1, al. r) e n.º 7]	746	0, 00
	50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes de capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	0, 00
	Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º -A, n.ºs 2 e 3)	786	0, 00
	Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º -A a 28.º -C)	718	0, 00
	Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31.º -B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), não aceites como gastos	719	0, 00
	40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9)	720	0, 00
	Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	0, 00
	Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	0, 00
	Menos-valias contabilísticas	736	0, 00
	Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	0, 00
	Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	0, 00
	50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1)	740	0, 00
	Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6)	741	0, 00

07	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (cont.)	
A. ACRESCER (cont.)	Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12]	742 0, 00
	Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743 0, 00
	Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	787 0, 00
	Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744 0, 00
	Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3 al. a)]	745 0, 00
	Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747 0, 00
	Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º)	748 0, 00
	Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1)	749 0, 00
	Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3)	788 0, 00
	Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750 0, 00
	Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)	789 0, 00
	Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)	790 0, 00
	Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)	751 0, 00
	Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 do EBF)	779 0, 00
A. DEDUZIR		752 0, 00
	SOMA (campos 708 a 752)	753 840, 00
	Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º al. f) do DR 25/2009, de 14/9]	754 0, 00
	Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755 0, 00
	Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	756 0, 00
	Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757 0, 00
	Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	791 0, 00
	Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	758 0, 00
	Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759 0, 00
	Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760 0, 00
	Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761 0, 00
	Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º-A, n.º 3)	762 0, 00
	Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763 0, 00
	Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º 7)	781 0, 00
	Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4)	764 0, 00
	Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765 0, 00
	Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	766 4. 320, 75
	Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A)	792 0, 00
	Mais-valias contabilísticas	767 0, 00
	50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5.º, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768 0, 00
	Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769 0, 00
	Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770 0, 00
	50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial (art.º 50.º -A)	793 0, 00
	Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.ºs 51.º e 51.º -D)	771 0, 00
	Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	794 0, 00
	Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	772 0, 00
	Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º)	795 0, 00
	Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas das partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	773 0, 00
	Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)	796 0, 00
	Benefícios fiscais	774 40, 00
		775 0, 00
	SOMA (campos 754 a 775)	776 4. 360, 75
	PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)	777 3. 520, 75
	LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 ≥ 776) (a transportar para o quadro 09)	778 2. 331, 06

08 REGIMES DE TAXA									
08.1 REGIMES DE REDUÇÃO DE TAXA						ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO		
Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)						242	20%		
Benefícios relativos à interioridade (ex-art.º 43.º do EBF)						245	10% / 15%		
Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei n.º 85/98, de 16/12)						248	20%		
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)						260	3 %		
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.º 36.º e 36.º-A do EBF)						265	5 %		
						247			
08.2 REGIME GERAL						ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO		
Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)						246	13,6% / 16,8%		
Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/2)						249	17% / 21%		
Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)						262	25%		
Mais-valias imobiliárias / incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)						263	25%		
Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)						266	25%		
Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º 1, al. c) do EBF)						267	10%		
Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável						264			
09 APURAMENTO DA MATÉRIA COLETÁVEL									
(transporte do Q. 07)	Cód.	Regime geral	Cód.	Com redução de taxa	Cód.	Com isenção	Cód.	Regime simplificado (em vigor até 2010)	
1. PREJUÍZO FISCAL	301	0,00	312	0,00	323	0,00			
2. LUCRO TRIBUTÁVEL	302	2.331,06	313	0,00	324	0,00	400	0,00	
<p>Regime especial dos grupos de sociedades</p> <div> <div> <p>Soma algébrica dos resultados fiscais</p> <p>380 0,00</p> </div> <div> <p>Lucros distribuídos(ex-art.º 70.º, n.º 2)</p> <p>381 0,00</p> <p>Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período</p> <p>376 0,00</p> <p>Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime</p> <p>396 0,00</p> <p>Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)</p> <p>398 0,00</p> </div> <div> <p>Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)</p> <p>395 0,00</p> <p>Resultado fiscal do grupo</p> <p>382 0,00</p> <p>NIF</p> <p>NIF</p> </div> </div>									
Prejuízos fiscais dedutíveis	303	0,00	314	0,00	325	0,00	401	0,00	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	383	0,00	386	0,00	389	0,00	392	0,00	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5]	384	0,00	387	0,00	390	0,00	393	0,00	
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385	0,00	388	0,00	391	0,00	394	0,00	
3. DEDUÇÕES									
Prejuízos fiscais deduzidos	309	0,00	320	0,00	331	0,00	407	0,00	
Benefícios fiscais	310	0,00	321	0,00	332	0,00	408	0,00	
4. MATÉRIA COLETÁVEL (2 - 3)	311	2.331,06	322	0,00	333	0,00	409	0,00	
ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)	336	0,00							
<p>COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54.º, n.º 2 do EBF)</p> <p>399 0,00</p> <p>Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:</p> <p>Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)</p> <p>397 0,00</p> <p>Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5]</p> <p>397-A 0,00 NIF</p> <p>Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)</p> <p>397-B 0,00 NIF</p>									
MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E							346	824,25	

08 REGIMES DE TAXA										
08.1 REGIMES DE REDUÇÃO DE TAXA						ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO			
Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)						242		20%		
Benefícios relativos à interioridade (ex-art.º 43.º do EBF)						245		10% / 15%		
Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei n.º 85/98, de 16/12)						248		20%		
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)						260		3 %		
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.º 36.º e 36.º-A do EBF)						265		5 %		
						247				
08.2 REGIME GERAL						ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO			
Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)						246		13,6% / 16,8%		
Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/2)						249		17% / 21%		
Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)						262		25%		
Mais-valias imobiliárias / incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)						263		25%		
Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)						266		25%		
Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º 1, al. c) do EBF)						267		10%		
Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável						264				
09 APURAMENTO DA MATÉRIA COLETÁVEL										
(transporte do Q. 07)		Cód.	Regime geral	Cód.	Com redução de taxa	Cód.	Com isenção	Cód.	Regime simplificado (em vigor até 2010)	
1. PREJUÍZO FISCAL		301		312		323				
2. LUCRO TRIBUTÁVEL		302		313		324		400		
<p align="center">Regime especial dos grupos de sociedades</p> <div> <div> <p>Soma algébrica dos resultados fiscais</p> <p>380</p> </div> <div> <p>Lucros distribuídos(ex-art.º 70.º, n.º 2)</p> <p>381</p> <p>Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período</p> <p>376</p> </div> <div> <p>Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)</p> <p>395</p> <p>Resultado fiscal do grupo</p> <p>382</p> </div> </div> <div> <p>Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime</p> <p>396</p> <p>Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)</p> <p>398</p> </div> <div> <p>NIF</p> <p>NIF</p> </div>										
Prejuízos fiscais dedutíveis	303		314		325			401		
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	383		386		389			392		
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5]	384		387		390			393		
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385		388		391			394		
3. DEDUÇÕES										
Prejuízos fiscais deduzidos	309		320		331			407		
Benefícios fiscais	310		321		332			408		
4. MATÉRIA COLETÁVEL (2 - 3)	311		322		333			409		
ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)	336									
<p>COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54.º, n.º 2 do EBF)</p> <p>399</p> <p>Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:</p> <p>Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)</p> <p>397</p> <p>Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75.º, n.º 5]</p> <p>397-A</p> <p>Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)</p> <p>397-B</p> <p>NIF</p> <p>NIF</p>										
<p align="center">MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E</p> <p>346</p>										

10 CÁLCULO DO IMPOSTO			
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria coletável das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 17%	347-A	0, 00	
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%	347-B	173, 09	
Imposto a outras taxas	348	%	349 0, 00
Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores	350	0, 00	
Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira	370	0, 00	
COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)			351 173, 09
Derrama estadual (art.º 87.º-A)	373	0, 00	
COLETA TOTAL (351 + 373)			378 173, 09
Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)	353	0, 00	
Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º-A)	375	0, 00	
Benefícios fiscais	355	0, 00	
Pagamento especial por conta (art.º 93.º)	356	0, 00	
TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356) ≤ 378			357 0, 00
TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) ≥ 0			358 173, 09
Resultado da liquidação (art.º 92.º)			371 0, 00
Retenções na fonte	359	0, 00	
Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)	360	0, 00	
Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º-A)	374	0, 00	
IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0			361 25. 862, 63
IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0			362 0, 00
IRC de períodos anteriores	363	0, 00	
Reposição de benefícios fiscais	372	0, 00	
Derrama municipal	364	0, 00	
Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378	379	0, 00	
Tributações autónomas	365	49, 44	
Juros compensatórios	366	0, 00	
Juros de mora	369	0, 00	
TOTAL A PAGAR [361 ou (- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0			367 25. 912, 07
TOTAL A RECUPERAR [(- 362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0			368 0, 00
10-A JUROS COMPENSATÓRIOS			
Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:			
Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração	366-A	0, 00	Juros compensatórios declarados por outros motivos 366-B 0, 00
10-B TRANSFERÊNCIA DE RESIDÊNCIA/CESSAÇÃO DA ATIVIDADE DE ESTABELECIMENTO ESTÁVEL/AFETAÇÃO DE ELEMENTOS PATRIMONIAIS (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)			
Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)			
1 <input type="checkbox"/> imediato [al. a)] 2 <input type="checkbox"/> diferido [al. b)] 3 <input type="checkbox"/> fracionado [al. c)]			
IRC + Derrama estadual Derrama municipal			
Valor do pagamento diferido ou fracionado	377-A	0, 00	377-B 0, 00
Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)			377 0, 00
TOTAL A PAGAR (367 - 377) > 0			430 0, 00
TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0			431 0, 00
11 OUTRAS INFORMAÇÕES			
Total de rendimentos do período		410 314. 295, 65	Volume de negócios do período 411 174. 994, 31
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º		416 0, 00	
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)		418 Ano Mês Dia	
Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME): opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]		423 Sim ? <input type="checkbox"/>	
Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?		429 Sim <input type="checkbox"/>	
11-A ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto			
Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod.22:		Informação adicional:	
AID de perdas por imparidade em créditos	460 0, 00	Capital próprio 463 0, 00	
AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados	461 0, 00	Crédito Tributário 464 0, 00	
Outros AID	462 0, 00	Data da entrada em liquidação 465 Ano Mês Dia	
12 RETENÇÕES NA FONTE			
N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF)	1	RETENÇÃO NA FONTE	2 0, 00

13	TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS		
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)	414	10,90	
Encargos dedutíveis com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	415	6,04	
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	417	0,00	
Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88.º, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013)	420	0,00	
Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º 4) (regime em vigor até 31/12/2013)	421	0,00	
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente (art.º 88.º, n.º 13, al. a))	422	0,00	
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes (art.º 88.º, n.º 13, al. b))	424	0,00	
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º - A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9)	425	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	426	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	427	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	428	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	432	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	433	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	434	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	435	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	436	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	437	0,00	
Despesas não documentadas (art.º 88.º, n.º 1) (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)	438	32,50	
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 88.º, n.ºs 1 e 8) (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)	439	0,00	

13-A	TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS - ZONA FRANCA DA MADEIRA (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF)		
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)	440	0,00	
Encargos dedutíveis com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	441	0,00	
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	442	0,00	
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente (art.º 88.º, n.º 13, al. a))	443	0,00	
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes (art.º 88.º, n.º 13, al. b))	444	0,00	
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º - A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9)	445	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	446	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	447	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	448	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	449	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	450	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	451	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	452	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA ≥ € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	453	0,00	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA ≥ € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	454	0,00	

14	CRÉDITO DE IMPOSTO POR DUPLA TRIBUTAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL (CIDTJI)						
1	2	3	Apuramento no período			7	8
Código do País	Tipo de rendimentos	Saldo não deduzido	4	5	6	Dedução efetuada no período	Saldo que transita
		0,00	Imposto pago no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. a)]	Fração do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. b)]	Crédito de imposto do período	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL do CIDTJI com CDT	0,00			0,00	0,00	0,00
	TOTAL do CIDTJI sem CDT	0,00			0,00	0,00	0,00
	TOTAL do CIDTJI	0,00			0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS FISCAIS

01	N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF)	02	PERÍODO
	1 5 9 3 3 7 2 2 4 7		1 2 0 1 8

03	RENDIMENTOS ISENTOS	
031	ISENÇÃO DEFINITIVA	RENDIMENTOS LÍQUIDOS
	Pessoas coletivas de utilidade pública de solidariedade social (art.º 10.º do CIRC)	301
	Atividades culturais, recreativas e desportivas (art.º 11.º do CIRC e art.º 54.º, n.º 1 do EBF)	302
	Cooperativas (art.º 66.º-A do EBF)	303
	Empreiteiros ou arrematantes, relativamente aos lucros derivados de obras e trabalhos das infraestruturas comuns NATO (art.º 14.º, n.º 2 do CIRC)	313
	Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente	314
	Outras isenções definitivas	304
031-A	Campo 314 - Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente	
	Código do benefício	Montante
031-B	Campo 304 - Outras isenções definitivas	
	Código do benefício	Montante
032	ISENÇÃO TEMPORÁRIA	RENDIMENTOS LÍQUIDOS
	Zona Franca da Madeira e da Ilha de Santa Maria (art.º 33.º, n.º 1 do EBF)	305
	Comissões vitivinícolas regionais (art.º 52.º do EBF)	306
	Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos (art.º 53.º do EBF)	307
	Associações públicas, confederações, associações sindicais e patronais e associações de pais (art.º 55.º do EBF)	308
	Sociedades ou associações científicas internacionais (ex-art.º 57.º do EBF)	309
	Baldios e comunidades locais (art.º 59.º do EBF)	310
	Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias [mais-valias isentas (art.º 70.º do EBF)]	311
	Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente	315
	Outras isenções temporárias	312
032-A	Campo 315 - Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente	
	Código do benefício	Montante
032-B	Campo 312 - Outras isenções temporárias	
	Código do benefício	Montante
04	DEDUÇÕES AO RENDIMENTO (a deduzir no campo 774 do quadro 07 da declaração)	
	NORMATIVO LEGAL	DEDUÇÃO EFETUADA
	Majoração à criação de emprego (art.º 19.º do EBF)	401
	Fundos de investimento [art.º 22.º, n.º 14, al. b) do EBF]	402
	Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos PALOP e Timor-Leste (ex-art.º 42.º do EBF)	403
	Majorações aplicadas aos benefícios fiscais à interioridade [ex-art.º 43.º, n.º 1, al. c) e d) do EBF]	404
	Empresas armadoras da marinha mercante nacional (art.º 51.º do EBF)	405
	Majorações aplicadas aos donativos previstos nos artigos 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF	406
	Majoração de quotizações empresariais (art.º 44.º do CIRC)	407
	Majoração aplicada aos gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos (art.º 70.º, n.º 4 do EBF)	408
	Remuneração convencional do capital social - PME (art.º 136.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF)	409
	Majoração dos gastos relativos a creches, lactários e jardins de infância (art.º 43.º, n.º 9 do CIRC)	412
	Majoração das despesas realizadas por cooperativas em aplicação da reserva para a educação e formação (art.º 66.º-A, n.º 7 do EBF)	413
	Lucros colocados à disposição e rendimentos de juros obtidos por sócios ou acionistas de sociedades licenciadas na ZFM (art.º 36.º-A, n.ºs 10 e 11, do EBF)	414
	Majoração dos gastos suportados com a aquisição de eletricidade, GNV e GPL para abastecimento de veículos (art.º 59.º-A do EBF)	415
	Majoração das despesas com sistemas de car-sharing e bike-sharing (art.º 59.º-B do EBF)	416
	Majoração das despesas com frotas de velocípedes (art.º 59.º-C do EBF)	417
	Majoração do gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum (art.º 59.º-D, n.º 12 do EBF)	418
	Entidade central de armazenagem: resultados líquidos do período contabilizados na gestão de reservas estratégicas de petróleo (art.º 25.º-A do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro)	419
	Outras deduções ao rendimento	410
	TOTAL DAS DEDUÇÕES (401 + + 410 + 412 + + 419)	411

04-A		Campo 410 - Outras deduções ao rendimento			
		Código do benefício		Montante	
041		TRANSMISSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DA SOCIEDADE FUNDIDA OU CINDIDA OU DA SOCIEDADE CONTRIBUIDORA (art.º 75.º-A do CIRC)			
		Código do benefício		NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora	Montante
11		DEDUÇÕES À MATÉRIA COLETÁVEL (a deduzir no campo 399 do quadro 09 da declaração)			
111		COLETIVIDADES DESPORTIVAS (art.º 54.º, n.º 2 do EBF)			
Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
1111		1112		1113	1114
05		SOC. GESTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS (SGPS), SOC. DE CAPITAL DE RISCO (SCR) E INVESTIDORES DE CAPITAL DE RISCO (ICR)			
Mais-valias não tributadas (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)				501	
Menos-valias fiscais não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)				502	
06		ENTIDADES LICENCIADAS NA ZONA FRANCA DA MADEIRA			
Data do licenciamento				601	Ano Mês Dia
Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF)		604		Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF)	605
Número de postos de trabalho criados nos primeiros seis meses de atividade				602	
Número de postos de trabalho: No início do período de tributação		606		No final do período de tributação	607
Investimento efetuado na aquisição de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis, nos dois primeiros anos de atividade				603	
061		APURAMENTO DO LIMITE MÁXIMO APLICÁVEL AOS BENEFÍCIOS FISCAIS RELATIVOS AO PERÍODO (a preencher no caso de aplicação do regime do art.º 36.º-A do EBF)			
Benefício correspondente à diferença:					
• Taxa de IRC (artigo 36.º-A, n.º 1 do EBF)				608	
• Derrama regional (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)				609	
• Derrama municipal (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)				610	
• Taxas de tributações autónomas (artigo 36.º-A, n.º 14 do EBF)				611	
Dedução de 50% da coleta do IRC (artigo 36.º-A, n.º 6 do EBF)				612	
Outros benefícios previstos (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)				613	
TOTAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (608 + 609 + 610 + 611 + 612 + 613)				614	0, 00
Valor acrescentado bruto obtido no período e na Zona Franca da Madeira x 20,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, a) do EBF]				615	
Custos anuais de mão-de-obra incorridos na Zona Franca da Madeira x 30,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, b) do EBF]				616	
Volume de negócios do período na Zona Franca da Madeira x 15,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, c) do EBF]				617	
Excesso a regularizar (art.º 36.º-A, n.º 3 do EBF) (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)				618	
07		DEDUÇÕES À COLETA (a deduzir no campo 355 do quadro 10 da declaração)			
071		GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO (ex-art.º 41.º, n.º 1 do EBF, art.ºs 15.º a 21.º do CFI (revogado) e art.ºs 2.º a 21.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 2.º a 21.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)			
Diploma	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
	701	702	703	704	
072		PROJETOS DE INVESTIMENTO À INTERNACIONALIZAÇÃO (ex-art.º 41.º, n.º 4 do EBF e art.º 22.º do CFI revogado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31/12)			
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)		
705	706	707	708		
			0, 00		
073		SIFIDE - SISTEMA DE INCENTIVOS FISCAIS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL (Lei n.º 40/2005, de 3/8) E SIFIDE II (art.º 133.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12, art.ºs 33.º a 40.º do CFI (revogado) e art.ºs 35.º a 42.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 35.º a 42.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)			
Diploma	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
	709	710	711	712	
074		REGIME FISCAL DE APOIO AO INVESTIMENTO (Lei n.º 10/2009, de 10/3 (sucessivamente prorrogada), art.ºs 26.º a 32.º do CFI (revogado) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)			
Diploma	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
	713	714	715	716	
076		CRÉDITO FISCAL EXTRAORDINÁRIO AO INVESTIMENTO (Lei n.º 49/2013, de 16/07)			
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)		
722	723	724	725		
			0, 00		

075 OUTRAS DEDUÇÕES À COLETA									
Normativo legal							Dedução efetuada		
Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2009/M, de 22 /1)							717		
Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma dos Açores (art.º 6.º do Dec. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/1)							726		
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.º 35.º, n.º 6 e 36.º, n.º 5 e 36.º-A, n.º 6 do EBF)							718		
Sociedades de capital de risco e investidores de capital de risco (art.º 32.º-A, n.º 4 do EBF)							719		
Dedução por lucros retidos e reinvestidos pelas PME (art.º 27.º a 34.º do CFI) aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 27.º a 34.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)							727		
Dedução de 50% à coleta pelas entidades licenciadas para operar na Zona Franca Industrial da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 6 do EBF)							728		
							720		
TOTAL DAS DEDUÇÕES (703+707+711+715+724+717+726+718+719+727+728+720)							721	0,00	

077 TRANSMISSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DA SOCIEDADE FUNDIDA OU CINDIDA OU DA SOCIEDADE CONTRIBUIDORA (art.º 75.º-A do CIRC)				
Código do benefício	NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período

078 INCENTIVOS SUJEITOS ÀS TAXAS MÁXIMAS DE AUXÍLIOS REGIONAIS (CFI aprovado pelo DL n.º 162/2014, de 31/10) (para benefícios cujo direito foi adquirido em ou após 01/01/2015)									
746 Código do benefício	735 Região elegível (art.º 43.º do CFI)	736 Código CAE da entidade a que se destina o investimento (art.º 2.º da Port. n.º 282/2014, de 31/12)	737 Montante das aplicações relevantes (art.ºs 11.º, 22.º e 30.º do CFI)	Incentivos				741 Total	
				Fiscais		740 Não Fiscais			
				738 IRC	739 IMI, IMT e SELO				

Indique se se qualifica como microentidade nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro

Sim

1

Não

2

08	DONATIVOS PREVISTOS NOS ART.ºS 62.º E 62.º-A DO EBF - Continuação										
TIPO DONATIVO		NIF DA ENTIDADE DONATÁRIA								VALOR DONATIVO	
01		2 7 4 8 2 7 9 8 6								100,00	

09	INCENTIVOS FISCAIS SUJEITOS À REGRA DE MINIMIS												
TOTAL DOS INCENTIVOS DE ANOS ANTERIORES (DE NATUREZA FISCAL E NÃO FISCAL)													
N-2		<div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px;"></div>		901		N-1		<div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px;"></div>		902			
INCENTIVOS DO ANO													
Incentivos de natureza não fiscal										903			
Incentivos de natureza fiscal													
Remuneração convencional do capital social (Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF) x taxa do IRC						904-A							
Redução da taxa do IRC aplicável às PME, aos primeiros € 15.000,00 de matéria coletável (art.º 87.º, n.º 2 do CIRC)						904-B							
Redução da taxa - benefícios à interioridade (ex-art.º 43.º do EBF)						904-C							
Despesas com projeto de investimento produtivo (art.º 18.º, n.º 1, al. b) e n.º 5 do CFI, revogado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) x taxa do IRC						904-D							
TOTAL DOS INCENTIVOS DO ANO DE NATUREZA FISCAL (904-A + 904-B + 904-C + 904-D)										904		0, 00	
TOTAL DOS INCENTIVOS DO TRIÊNIO (901+ 902 + 903 + 904)										905		0, 00	
IRC A REGULARIZAR (a indicar no campo 372 do quadro 10 da declaração)										906		0, 00	
Identificação das empresas associadas (conceito de empresa única para efeitos do limite de <i>minimis</i>)								907		NIF			
10 INCENTIVOS FISCAIS À INTERIORIDADE LIGADOS AO INVESTIMENTO SUJEITOS ÀS TAXAS MÁXIMAS DE AUXÍLIOS REGIONAIS (ex-art.º 43.º do EBF) - a indicar no campo 372 do quadro 10 da declaração													
Investimentos elegíveis				TANGÍVEL		INTANGÍVEL		TOTAL					
				1001		1002		1003		0, 00			
AUXÍLIOS AO INVESTIMENTO													
Redução dos encargos com a segurança social X (1 - taxa do IRC)										1004			
Majoração das depreciações				MAJORAÇÃO		TAXA DO IRC		VALOR DO AUXÍLIO					
				1005		1006		1007		0, 00			
Majorações dos encargos com a segurança social				1008		1009		1010		0, 00			
Majorações do crédito fiscal ao investimento										1011			
Outros										1012			
TOTAL DOS AUXÍLIOS (1004+1007+1010+1011+1012)										1013		0, 00	
Taxa de auxílio										1014		0, 0 %	
Taxa máxima legal aplicável										1015		%	
EXCESSO A REGULARIZAR (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)										1016			
11 INFORMAÇÃO ADICIONAL - AUXÍLIOS DE ESTADO													
1. É considerada empresa autónoma nos termos do artigo 3.º do Anexo I do Regulamento (UE) n.º 651/2014, da Comissão, de 16 de junho, e do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro? Sim 1 <input type="checkbox"/> Não 2 <input type="checkbox"/>													
2. Em caso negativo, indique o(s) NIF(s) da(s) empresa(s) parceira(s) e/ou associada(s) tal como definido nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º dos diplomas indicados. 3 NIF <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 20px;"></div>													